

O DILEMA DA DEMOCRACIA NOS PALOPS: A RELAÇÃO DAS AUTORIDADES ÉTNO-RURAIIS COM O ESTADO MODERNO.

Manuel Jauará*

Ressurgimento das estruturas políticas ou instituições dos chefados é atualmente uma realidade em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

O que explica a revitalização das estruturas políticas das autoridades tradicionais (AT) nessa etapa da democratização? Quais os instrumentos ou recursos políticos que asseguraram à legitimidade das ações ou gestões das A.T. nesse processo?

A nossa hipótese é de que o ressurgimento das A.T. atesta o fracasso da presença do Estado moderno na África Profunda. Esse fracasso é histórico. É fruto gestado desde da época da invasão e posterior consolidação do domínio dos povos africanos por “estrangeiros”. Os Estados independentes africanos herdaram dos seus antecessores esse estado larvar de inquietação, perplexidade e destruturação da vida no campo e nos pequenos aglomerados urbanos, completamente incapazes ou impotentes de reverterem o quadro social. Na maioria dos casos adotou-se estratégias específicas para domesticar o impacto desse fracasso.

O que importa reter e talvez seja essa a essência desta comunicação, é de que ali (África profunda até séc. XVII), se desenvolveu uma civilização especificamente negro-africana, que possuía valores estruturadores próprios, da concepção do universo e da vida. Ali foi elaborada para época, uma sofisticada filosofia política, econômica e social; fundamentada nas idéias de sacralidade da ação humana. Pois, tudo o que ali se fazia, vinculava-se intrinsecamente à noção dos valores civilizatórios desses povos. E, esses valores não podiam ser transgredidos, porque eram predeterminados pelo pré-existente, os protetores dessa sociedade, portanto eram valores sagrados.

Essa transcendentalidade dos valores irá repercutir e moldar ações desses homens, na organização das suas estruturas sociais e políticas. É por isso que, provavelmente ao nível social, esta sociedade se estrutura por estratos e castas profissionais hierarquicamente privilegiadas, segundo a posição que cada grupo

ocupa nela. Aos olhos dos analistas ocidentais, acostumados a outros paradigmas analíticos, isso lhes pode parecer uma estrutura social extremamente injusta porque não oferece oportunidade de mobilidade vertical na pirâmide social igual a todos (Dahrendorf. 1981). Mas, para o africano, pertencer ao estrato profissional, seja qual for à posição que ocupa nessa sociedade, não é injusto, porque no entender desse povo perante o pré-existente, todos são iguais, desde que os ritos sagrados sejam rigorosamente observados.

Um dos valores civilizatórios de relevante importância é o papel dos ancestrais nessa sociedade. O que significa que o exercício do poder não consiste pura e simplesmente na manipulação dos valores sagrados. Além desses valores as estruturas políticas da A.T. têm as suas disposições outros instrumentos do exercício do poder. Ou seja, as pessoas são socializadas com a finalidade de absorverem o quanto possível os principais valores da sociedade, com que poderão exercer de maneira ideal os papéis sociais que lhes são destinados. Nesse sentido, a educação – um dos instrumentos da socialização – é a tarefa da sociedade como um todo. Já as fases iniciáticas marcam os momentos mais decisivos da socialização revelando sua mutação de personalidade. É importante também sublinhar, o pensamento negro-africano dissocia o exercício do poder político da apropriação dos bens e dos meios de produção. O “amo” da terra, dos terrenos, dos bosques, das savanas ou das zonas pesqueiras, estabelece com o espaço um vínculo sagrado através dos verdadeiros “amos” (os ancestrais vinculados a terra). Em traços largos pode se afirmar que esse aspecto do pensamento é comum a todas as sociedades étnico-tradicionais podendo ser encontrados entre Zulus da África austral, entre Bijágos de Guiné-Bissau ou em toda a região da Senegambia (ver: Glukman. UnB. s/d; Fernandes; 1988. Inep; Diagné. 1982. ática).

Contexto do Ressurgimento das Autoridades Tradicionais

O estudo do papel das autoridades tradicionais nos processos sociais em África e, nomeadamente nos processos de transição democrática, é hoje um assunto consensual entre africanistas, e existem numerosos trabalhos sobre o tema. No entanto, este tema tem sido relativamente negligenciado no que se refere aos PALOPs, sobretudo ao nível de estudos científicos. No caso de Moçambique e Guiné-Bissau, o debate começou a ganhar alguma importância a partir dos anos noventa (1991 a 1994), sobretudo devido às eleições pluripartidárias. O debate, no entanto, não tem assumido um carácter académico, e são ainda muito escassas pesquisas de campo sobre a matéria.

No que se refere à discussão sobre o Papel das Autoridades Tradicionais ou seu ressurgimento no atual processo de transição democrática nos Palops, recorreremos fartamente aos trabalhos de pesquisa publicados por Fernando Florêncio e Clara Carvalho (cea/iscte. Lisboa), pela riqueza de informação e detalhes recolhidos nos trabalhos de campo.

Convém desde logo definir o que se entendemos aqui por autoridades tradicionais, apoiando-se em Florêncio. Assim, usamos o conceito no sentido de designar “os grupos ou indivíduos investidos de um poder legal institucionalizado, político ou outro aceite pela sociedade”. **O conceito prende-se então essencialmente com “as instituições de poder da África ancestral, e não tanto com os indivíduos que executam essas funções.** Estes podem ter sido substituídos, ou não, pelo sistema colonial e pelos estados independentes, no entanto, as instituições mantiveram-se, e não perderam legitimidade política”, vejam as observações antes expostas sobre os valores que constituem essas instituições.

Alguns autores (por exemplo, Rouveroy van Nieuwaal, apud Florêncio) têm salientado **o lugar das autoridades tradicionais, enquanto “pontes”** entre o estado contemporâneo e a sociedade civil, sobretudo nas áreas da democratização das estruturas políticas locais do desenvolvimento; dos direitos humanos; e da proteção ambiental. A intenção aqui, é de salientar a tese de que as autoridades tradicionais tem reemergido, nos atuais processos de transição para a democracia

em África, devido à ineficácia, ou incapacidade dos estados, e que, nesse sentido, as autoridades tradicionais tem funcionado como veículos privilegiados das expressões políticas locais. Tal seria uma resultante do fato de que a legitimidade política das A.T. deriva de sistemas de legitimidade política diferentes das dos atores estatais modernos, e seria mais bem aceite pelas populações locais. Refiro-me à legitimidade resultante da tradição. Não estamos com isso propondo volta à tradição, mas sim, procurar-se inspirar em alguns valores civilizatórios negro-africano, sem abandonar a modernidade. Alias, o que seria impensável no atual mundo globalizado.

Por outro lado, as A.T. mantêm relações políticas e econômicas com as estruturas estatais, e em muitos casos detêm mesmo lugares de estados (ver: Jao³). Nesse sentido pode então se afirma que as A.T. estariam assim incrustadas entre dois sistemas políticos com legitimidades diferentes. Isto revelaria a dupla natureza do lugar político das autoridades tradicionais. Por um lado, a legitimidade tradicional, por outro a ligação aos estados modernos.

Esta questão não é nova, pois já vem desde o **tempo colonial**. Na verdade o colonialismo, fosse qual fosse o modelo, utilizou as A.T. enquanto auxiliares preciosos, no controle da mão de obra, na introdução das produções comerciais, na recolha de impostos, e na manutenção da ordem social. As A.T. foram-lhes concedidas lugares no aparelho administrativo colonial, o que levou Von Trotha (apud, Florêncio. idem) a apelidar as chefaturas como “chefaturas administrativas”. As A.T. atuariam então como intermediários entre o estado (colonial e pós- independente) e as comunidades locais, o que em certo sentido demonstra a incapacidade dos estados em penetrarem nas comunidades locais africanas.

Assim, a ambigüidade do lugar das A.T. encontra-se no fato de terem responsabilidades para com dois sistemas políticos diferentes, com interesses por vezes antagônicos. Essa face de ambigüidade foi precedida de uma persistente luta de resistência dos africanos a presença dos europeus e conseqüentes trafico negreiro e ocupação pela força ou pela negociação imposta aos chefados do

continente, veja o caso luta de resistências dos papéis contra presença dos portugueses no “rio da guiné” até 1830, salvo erro.

Autoridades Tradicionais e a Frelimo/Estado em Moçambique

“O Estado Frelimo tentou envolver a população rural, num vasto projeto de desenvolvimento rural, baseado na implementação de estruturas produtiva coletiva socialista”. As transformações impostas por esse processo no modelo de reprodução social dos camponeses tiveram como consequência a destruturação do sistema de produção de base familiar, que predominava entre esses.

Com a introdução desse processo, o Estado frelimo visou igualmente a destruturação de todo o edifício político tradicional, o que conduziu ao aparecimento de novas figuras políticas (representantes do frelimo) no sistema de produção, agora com base nas cooperativas. Os membros do grupo Dinamizadores nas cooperativas ganharam mais influência no estado em detrimento dos grupos tradicionais e de linhagens.

As AT eram vistas por frelimo como aliados símbolos do passado colonial, e sinônimos de um regime de tipo feudal, tradicional, tribal, opressor do povo e um entrave a construção de um projeto de sociedade moderno e nacional.

Veja o caso das **comunidades Ndau** (Florêncio, 1998. Cesa, nº6. Lisboa), do centro do país. A massiva adesão dessa comunidade a Renamo, bem expressa na eleição de 1994, apresenta características semelhante a outras comunidades. Por todos os lados os “mambos” (chefes local ou regulos) e “sangutas” (chefes de aldeias) foram proibidos de exercerem qualquer atividade política. Isso explica a forte reação das comunidades Ndau ao projeto social do Estado Frelimo. A frelimo sempre foi considerada como sendo dominada pela etnia Shangana (de sul), de modo que a desarticulação da estruturas política e religiosas Ndau, depois da independência, foi ressentida como se tratasse de um “ataque” das etnias sulistas.

A relação do Estado frelimo para com a AT mudou significativamente, do ponto de vista formal, a partir do 5º congresso, realizado em 1989. Nela, a frelimo acabou

por reconhecer a importância das estruturas tradicionais na capitalização dos de contentamentos populares, sobretudo no meio rural, e da conseqüente implantação da Renamo de Afonso Dhlakama, e decidiu-se por uma nova estratégia de integração dessa estrutura no aparelho estatal.

A Relação do PAIGC com os Chefes Tradicionais na Guiné-Bissau

As análises do PAIGC elaboradas por Amílcar Cabral partiam de uma visão funcionalista que opunha as sociedades sem Estado às sociedades com Estado. Esta análise, que serviu de base a luta de libertação nacional, carecia de rigor antropológico e histórico e suscitou atitudes de hostilidade em relação a certas etnias - fula e mandinga – cujas conseqüências se fazem sentir até hoje em dia, sobretudo nas eleições (Fernandes, 1993. Soronda. Inep.)

Em diversas intervenções no seminário organizado pelo Centro Franz Fanon de Milão, em Treviglio, de 1 a 3 de maio de 1964, Amílcar Cabral defendia que:

“[...] no campo, encontramos por um lado o grupo que consideramos como semi-feudal, representado pelos fula, e por outro o dos balantas, que chamaremos de sociedade “sem Estado”. Existem diferentes situações intermédias entre estes grupos étnicos extremos”. As sociedades rurais da Guiné-Bissau são analisadas segundo o modelo dos ideais – tipo eram representados de maneira geométrica - por um lado, sociedades horizontais, os balantas, por outro sociedades verticais, os fulas.

Os comportamentos destes grupos étnicos eram diferentes face ao poder colonial. Amílcar Cabral assinalava que **“um grande número de balantas aderiu à luta, e não é por acaso [...] É devido ao próprio tipo da sua sociedade, uma sociedade horizontal, de homens livres, que querem ser livres [...]”**.

Segundo Raul Fernandes (idem), o acento posto nas “sociedades sem estado” como base de um movimento de libertação teve como conseqüência a organização de uma base militar composta, sobretudo pelos balantas. Esta herança subsiste até agora, apesar das purgas, as guerras de fracção e a eliminação dos oficiais

balantas, cujo caso mais sangrento foram às execuções de 1986, a seguir à acusação de golpe de Estado contra o Vice-presidente Paulo Correia.

Desde o início da luta de libertação nacional constituiu-se uma diferenciação entre uma **direção “militar” e uma direção intelectual do PAIGC**. A primeira era composta por membros das camadas sociais crioulas, sobretudo da pequena burguesia urbana, com uma forte componente de origem caboverdiana. A segunda era composta por membros das camadas sociais camponesas e trabalhadores que eram designados como “grumetes”. Estes constituem uma camada social muito importante no desenvolvimento da luta de libertação nacional pela sua composição social e pela sua cultura. Os “grumetes” são formados por trabalhadores urbanos – carregadores, marinheiros, guardas, estivadores, empregados de serviços de baixo rendimento, artesãos e operários – que tendo uma origem camponesa, possuem, no entanto uma cultura urbana e crioula. Esta camada social faz a ponte entre os camponeses e a cidade e apesar das suas bases urbanas conserva laços culturais com o campo. É uma camada social que não tem sido suficientemente estudada até hoje. Ela permitia os laços entre a direção intelectual e a base militar do PAIGC. As primeiras formas de organização da camada social dos "grumetes" eram os clubes de futebol, que mereceram desde o início do PAIGC na sua fase de mobilização uma ação privilegiada. Amílcar Cabral se referia com frequência a estes brilhantes jogadores de futebol que não podiam participar nos bailes da UDIB.

O primeiro congresso do PAIGC, em 1964, em Cassacá, no sul da Guiné-Bissau, consagrou esta aliança entre as direções intelectual e militar do PAIGC contra as tentativas de "restauração" de uma chefia neotradicional no seio do movimento de libertação. A liderança de Amílcar Cabral reafirmou-se neste congresso que combateu simultaneamente as "tendências negativas" a cultura, se difundindo a palavra de ordem "nem toda a gente é o partido" e criou um exército regular, as FARP (Forças Armadas Revolucionárias o Povo). Uma nova política dirigida às zonas libertadas preconizava a criação de uma nova vida através da organização dos armazéns do povo, a abertura de escolas e centros de saúde. **Este grande projeto de transformação social que era por vezes chamado**

"revolução cultural" não era compatível com o chegado tradicional, classificado como "aspecto negativo" da cultura. Um dos instrumentos mais importantes dessa revolução cultural era a educação. Um dos responsáveis da luta explicava em 1967:

Não há nenhuma resistência em enviar as filhas à escola entre os animistas, mas com os islamizados -fulas e mandingas- isso precisa de explicações [...]. Com os cursos políticos que damos, as raparigas já não querem deixar-se casar com alguém a quem foram prometidas à nascença. Há por exemplo aqui no acampamento, muitas das nossas enfermeiras que não querem regressar mais as suas aldeias e desejam ficar na base conosco e trabalhar para o partido.

Esta reviravolta nas práticas matrimoniais, o exercício de novos ofícios, os novos sistemas de valores – partido, nação, estado – entravam em conflito com as instituições das chefias tradicionais, e particular entre os islamizados.

A mudança das regras de circulação dos homens e das mulheres entre as linhagens devido às interferências do partido punha em causa o poder dos chefes tradicionais e reafirmava novas formas de poder, a direção do partido.

Esta transformação social gerou condições sociais para a renovação da aliança entre o poder colonial e os chefes tradicionais. **A política colonial dos portugueses, dirigida pelo governador Antônio de Spínola e designada como Guiné melhor, consistia em capitalizar esta contradição entre o partido e a chefia tradicional.**

A ofensiva colonial e os congressos do povo

Os fundamentos desta nova aliança entre o poder colonial e os chefes tradicionais são explicados pelo teórico desta estratégia, o oficial português Manuel Belchior, nos seguintes termos:

[...] os sucessos da subversão e da contra-subversão podem e devem ser medidos pela fração da população com que cada uma das partes pode contar. [...] As populações tradicionais [...] colocadas entre as duas forças e luta, terão tanto mais dificuldade em manter uma atitude passiva

quanto à luta durar, e, no momento inevitável da escolha elas se inclinaram do lado daqueles que, em sua opinião, mostraram o maior respeito pelo seu modo de vida.

À primeira vista, pode-se crer que este critério nos é favorável. [...] Não é necessariamente verdade. Os evoluídos que dirigem a rebelião [...] empenham-se em cometer os mesmos erros de todos os países colonizadores: tentar substituir rápida e completamente as estruturas nativas. A primeira ofensa contra estas estruturas é o ataque contra a instituição da chefia tradicional. Tentando afastar as populações destes chefes naturais, acusados de retrógrados. [...] Este procedimento do evoluído faz do chefe tradicional o potencial aliado do europeu (apud, Fernandes).

O poder colonial opõe a estratégia do PAIGC da transformação social, uma estratégia de conservação tradicional baseada numa aliança com o chefado tradicional e no isolamento dos evoluídos, considerados como "o núcleo da subversão donde saem os chefes e os pioneiros da rebelião".

A estratégia colonial tinha como objetivo "o reconhecido mundo tribal" como força capaz de ganhar e de se opor aos evoluídos. A instituição criada para dar corpo a esta aliança entre o poder colonial e o chefado tradicional era o Congresso do Povo da Guiné.

De 1970 a 1974 houve cinco congressos que reuniram a grande maioria dos chefes tradicionais, que expuseram necessidades da população e tentaram obter do poder colonial vantagens materiais. Estes congressos eram organizados em duas fases, uma regional e outra nacional. A análise das actas dos congressos ilustra bem esta procura de vantagens junto do poder colonial pelos chefes tradicionais. Em 1973, no quarto congresso (fase regional), na região de Mansoa, o chefe balanta Henrique Gomes, da aldeia de Iuncume, responsável de uma cooperativa, reivindicou charruas, sachos e enxadas para rentabilizar esta empresa. Pediu máquinas para aumentar as superfícies agrícolas através da construção de diques e de barragens anti-salinas bolanhas de Sumo e Iuncume. Também pediu sementes e assistência social para os trabalhadores da cooperativa.

Malam Fati, chefe mandinga de Nhacra, solicitou a reparação de o centro hospitalar, a contratação de uma parteira, a abertura de escolas e o alinhamento das casas.

A grande maioria dos chefes tradicionais que intervieram nestes congressos fez reivindicações semelhantes. No entanto, alguns deles pediram reordenamentos, quer dizer, aldeias estratégicas sob o controle militar dos portugueses e que exigiam o deslocamento das populações.

A aplicação desta estratégia colonial foi demasiado tardia face aos progressos da luta de libertação nacional. A vontade popular, o grau de organização, o enraizamento do partido no seio do povo, o contexto internacional, tornaram esta estratégia colonial impotente para impedir a independência nacional. Este fracasso foi bem ilustrado no próprio seio do quarto congresso, em Bafatá, em 1973, quando Aladje Zacarias Jau, chefe religioso da tabanca de Buntunsum, afirmou perante as autoridades coloniais:

A guerra só terminará quando os brancos regressarem à sua terra.

Um ano mais tarde, a Guiné-Bissau acedia à independência.

A construção da nação e a cultura nacional

A reconstrução nacional, após a independência do país, foi feita através da articulação entre o partido e o estado. Este empreendimento "estatista" baseou-se numa ideologia nacionalista **“formação do homem novo”**, cujo discurso se colocava por cima dos etnismos, e mesmo em oposição a eles na sua manifestação tribalista.

Este discurso "nacional", elaborado pela direção intelectual do PAIGC, justificava a violência legítima contra os obstáculos a edificação do estado-nação, isto é um aparelho de estado centralizado sob o controle de uma burocracia política constituída pela aliança entre as direções intelectual e militar do PAIGC reforçada pelos funcionários da antiga administração colonial.

Esta violência dirigia-se contra os antigos comandos africanos, milícias africanas do exército colonial, e contra os chefes tradicionais. A instituição jurídica encarregada de tornar esta violência legal intitulava-se Tribunal popular. Um grande número de chefes tradicionais acusados de crime contra a

nação foram julgados e condenados à morte por estes tribunais populares. Na região norte do país o chefe manjaco Baticã foi julgado e fuzilado em pleno estádio de futebol de Canchungo, perante uma assistência popular forçada pelo exército a presenciar a execução. As conseqüências políticas desta execução comportaram a perda do apoio ao PAIGC entre os manjacos, que reforçaram as bases do movimento de oposição, sobretudo da FLING (Frente de Libertação Nacional da Guiné), baseada no Senegal.

A região de Batafá foi uma das mais afetadas pelas execuções dos chefes tradicionais. Na cidade de Bambadinca foram executados os chefes mais importantes desta região, entre os quais o chefe fula Sembel Koio, e os chefes Mamadu Bonko Sanha e Sankun Kose. Esta região tem fornecido as bases de um movimento de oposição do mesmo nome – RGB (Resistência da Guiné- Bissau) – Movimento Ba-fatá.

Esta violência de estado fez-se acompanhar pelo monopólio sobre a economia do país. As empresas comerciais nacionalizadas, as pequenas indústrias criadas pelo estado serviam de base econômica desta burocracia que, por intermédio do aparelho militar e policial, exercia um controle total sobre a vida social. A fração intelectual do partido, dirigida nessa altura pelo seu secretário geral, Aristides Pereira, e o seu secretário geral adjunto, Luiz Cabral, respectivamente presidente de Cabo Verde e presidente da Guiné- Bissau dominava a cúpula desta burocracia cuja ideologia nacionalista preconizava a união entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. Esta centralização do estado e esta ideologia nacional eram na realidade produzidas pelas camadas sociais crioulas urbanas que se afirmavam em oposição aos etnismos perturbadores e geradores de tribalismo e em conseqüência, na sua lógica, contra os fatores de degenerescência da nação e do estado.

A crise econômica, o descontentamento popular, a luta dos jovens conduziram a uma situação favorável à tomada do poder pela fração militar do PAIGC, que derrubou o regime de Luiz Cabral. A aliança entre as direções intelectual e militar do PAIGC tem a 14 de novembro de 1980 para abrir as vias de uma nova reestruturação das forças políticas no país. A fração militar do

PAIGC assume o poder e põe fim ao projeto político da unificação entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, contestado há muito tempo pela maioria da população de um e de outro estado.

A crise do Estado-nação e a afirmação étnica

Desde os primeiros momentos do *Movimento Reajustador 14 de novembro* o discurso político mudou de tom, reivindicando uma cultura guineense autêntica em oposição à unidade entre os dois países. Esta reivindicação da direção militar marcava um corte com a direção intelectual de origem crioula de dominante caboverdiana. **O novo discurso nacionalista recebeu o apoio dos chefes tradicionais, que em múltiplas cerimônias divinizaram a figura do novo Presidente, Nino Vieira. Este líder carismático que representava o heroísmo da luta de libertação nacional foi rebaptizado com o seu nome de luta de origem balanta, Kabi Na Fantchamna. A nova autenticidade associada à divinização do líder levou à “subalternização” do Partido. A nova direção era assumida pelo Presidente do Conselho da Revolução.** As lutas de frações que se seguiram reafirmaram a posição de supremacia do Presidente sobre o Conselho da Revolução constantemente expurgado. Esta aliança entre o líder carismático e os chefes tradicionais foi muitas vezes valorizada de maneira espetacular em atos públicos. Um dos casos mais ilustrativos foi, alguns meses após a tomada do poder pelos militares, a procura por jambakuses pepel de uma canoa antiga cheia de tesouros, segundo a tradição oral, enterrada pelos últimos chefes tradicionais contrários à “pacificação”. A procura foi feita numa das praças centrais e visava acabar com as discórdias que ensanguentaram o país. Ela não conseguiu descobrir a canoa perdida, mas serviu para reafirmar a autoridade dos chefes tradicionais e para criar um novo espaço político para a reafirmação dos poderes tradicionais (ver: Clara Carvalho).

Desde então, a pertença étnica tornou-se uma das principais formas de identificação social. **Os membros das classes pequeno-burguesas procuravam na sua genealogia antepassados que pertencessem a grupos étnicos para justificar esta nova identificação.** Esta procura desesperada foi acompanhada de

uma atitude hostil em relação aos burmejus, isto é os mestiços, sobretudo de origem cabo-verdiana, responsabilizados pelo desastre causado no país pelo regime anterior. o poder político utilizou estas contradições para fortalecer-se e reconstruir uma nova camada dirigente.

Este impulso do movimento étnico atenuou-se após a crise política de 1985-86, que levou à condenação à morte do Vice-presidente do Conselho da Revolução, Paulo Correia, oficial de origem balanta, e de cinco outros oficiais e de um jurista acusados de tentativa de golpe de Estado e de tribalismo. Seis outros oficiais foram condenados a pesadas penas de prisão.

Uma vasta campanha foi lançada pelo Presidente para a reafirmação da identidade nacional guineense. Numa alocução perante a Assembléia Nacional Popular em Abril de 1986 e antes do julgamento dos acusados, o Presidente Nino Vieira associou o movimento de Paulo Correia ao movimento dos Yang-Yang.

Os Yang-Yang [...] são pessoas que não querem trabalhar e que se internaram no mato, vestindo roupas extravagantes, com uma faca na mão, e balançando a cabeça. [...] Algumas pessoas que lutaram muito no Partido juntaram-se aos Yang-Yang esquecendo o seu trabalho e obrigações. [...] O aspecto mais negativo desta seita é o regresso à política de amarrar, de açoitar e de matar pessoas.

[...] Paulo Correia seguindo as suas ambições políticas, durante uma visita ao Sul do país, favoreceu o desenvolvimento das atividades dos Yang-Yang e deu ordens para que retomassem as suas facas e outros utensílios.

Após esta purga no seio do grupo militar a nova direção política abre as vias do “liberalismo econômico”.

A fração militar dominante procura novas alianças com uma burguesia comercial emergente cujas bases ajudam a constituir mediante a redistribuição dos créditos concedido pelo Banco Mundial através do programa de ajustamento estrutural.

A democratização e o poder tradicional

A liberalização econômica implicou a liberalização política. Após a queda do artigo 4º da Constituição, que determinava o PAIGC como “força dirigente da sociedade”, abriu-se o período legal do multipartidarismo no país. Apesar das suas

hesitações e ambigüidades, o PAIGC adaptou-se progressivamente à nova conjuntura política, tanto mais que ela foi exigida pelos financiadores.

A perda progressiva do eleitorado tradicional do PAIGC, os camponeses, entre outro, em razão de uma política econômica desfavorável à economia interna, levou-o a procurar novos aliados. Vira-se para os comerciantes e os chefes tradicionais, a partir de 1991.

Esta viragem histórica foi justificada como uma adaptação à nova conjuntura, marcada pelo multipartidarismo. Operações de atração e do engajamento dos chefes tradicionais foram lançadas em todo o país. Desde 1986-1987 o PAIGC segue atentamente a restituição do poder tradicional entre os manjacos nas mãos de um funcionário dos correios, Paulino Gomes. Esta investidura desempenhou o papel de balão de ensaio para o PAIGC. Numa outra região do norte, em Có, assistiu-se em 1992 à entronização de um novo chefe macanha (ver: Jao e Clara Carvalho).

Na província Leste (Bafatá e Gabú) a operação de mobilização dos chefes tradicionais das etnias islamizadas, fulas e mandingas, foi confiada ao novo ministro, Aladje Mané. Este personagem é um dos comerciantes mais importantes do país e também antigo deputado da ANP (Ação Nacional Popular), partido do regime colonial. Este ministro, como conhecedor da estratégia colonial dos congressos do povo, tenta neste momento colocar novos chefes tradicionais para garantir um eleitorado seguro para o PAIGC.

Esta nova chefatura acrescenta, ao desregramento produzido no poder tradicional pelo regime colonial e também às execuções feitas pelo PAIGC, fatores de tensão social cujas conseqüências são neste momento difíceis de prever. Antigas rivalidades entre as etnias correm o risco de ganharem novo impulso a partir da nomeação dos novos chefes em função dos interesses estratégicos e eleitorais do PAIGC.

A oposição joga também a carta dos chefes tradicionais. O movimento RGB prestou uma homenagem pública à dinastia dos Embaló de Coiada com a deposição de coroas de flores nos túmulos antigos chefes tradicionais – Alfa Mamadú Paté e Sélu Coiada. Vários outros acontecimentos nos demonstram que a

questão dos poderes étnicos tornou-se central nas disputas políticas atuais com vista a ganhar o eleitorado.

As aristocracias nyantio, herdeiras dos antigos reinos mandingas di império do Kabu- Mana, Própana, Túmuna, Pachana, Sama, Pachisse, Benafe, Gan Sisé, etc. - esperam o movimento para reconstruir o seu antigo poder. A reconstrução dos seus reinos implica um retrocesso das conquistas da luta de libertação nacional, nomeadamente os direitos dos jovens e das mulheres. Na realidade, o grau de mobilização da juventude e das mulheres e o seu engajamento nos partidos oposição podem vir a fazer fracassar esta estratégia e reconstituição de um poder neotradicional conduzida pelo PAIGC e PRS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos a defender uma tese, certamente polemica, mas consistente se considerarmos fatos aqui apontados.

A reemergência no processo democratização das AT, sustenta a nossa hipótese central de que o Estado moderno, tal como foi concebido nos palops, fracassou no seu propósito de desenvolvimento socioeconômico equânime e equivocou na concepção de um Estado/Nação ancorada na historicidade, que o Carlos Lopes caracteriza de Modelo Exógeno.

Vimos antes que a concepção do Estado/reino na África profunda se subsidiou fortemente nos valores civilizatórios negro-africanos, a despeito de todas as implicações que essa opção comporta. Vimos também, que no período colonial, as instituições de AT, foram desacreditadas, desagralizadas e os dignitários submetidos a situações vexatórias perante aos seus súditos. Frente à ineficácia administrativa, o governo colonial optou-se, posteriormente por selar alianças com AT. Os partidos MPLA, FRELIMO e PAIGC, cometeram o mesmo erro do sistema colonial. Inicialmente optaram por política de exclusão, perseguição, e, em alguns casos, fuzilamento, e depois pela integração no sistema da política do Estado.